ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: EM BUSCA DA AUTONOMIA DO ESTUDANTE DEFICIENTE

RITA DE CASSIA PINTO DINIZ MALIZIA

RESUMO
O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é organizado para auxiliar o desenvolvimento dos estudantes, ofertado de modo obrigatório pelos sistemas de ensino e o atendimento deve ser realizado no contraturno da classe comum, na própria escola ou em centros especializados, e em todas as etapas e modalidades da educação básica. Esta pesquisa teve como objetivo identificar os principais desafios encontrados no processo de inclusão na educação especial, e as ações pedagógicas utilizadas para constituição da vida social do educando. Considera-se de grande relevância a oportunidade de realizar este trabalho que poderá trazer contribuição significativa a atividade político-pedagógica do professor. Os educadores precisam estar conscientes da diversidade que vão enfrentar na sala de aula, por isso devem estar preparados para trabalhar com as diferenças. Verificamos que a Educação Especial por si só é um desafio e são necessárias ações conjuntas do Estado, profissionais, professores das classes regulares e professores do AEE, aluno e família para garantir de forma convicta o direito básico à educação e minimizar as barreiras e paradigmas que estão presentes no ambiente escolar, nas salas recursos e no convívio social dos sujeitos da educação especial.

PALAVRAS-CHAVE: AEE. Inclusão. Professor do AEE. Ensino Regular.

ABSTRACT
In all stages and modalities of basic education, Specialized Educational Attendance (AEE) is structured to assist the development of students, setting up mandatory provision of the education systems and the attendance must be carried out in the contraturno of the common class, in the school itself or in the specialized center that carries out this educational service. This research aimed to identify the main challenges encountered in the process of inclusion in special education, and the pedagogical actions used to constitute the social life of the learner. The opportunity to carry out this work is considered to be of great importance, as it could bring significant contribution to the teacher's political and pedagogical activity. Educators need to be aware of the diversity they will face in the classroom, so they must be prepared to work with differences. We see that Special Education alone is a challenge and joint actions of the State, professionals, teachers of the regular classes and teachers of the ESA, student and family are needed to firmly guarantee the basic right to education and minimize the barriers and paradigms that are present in the school environment, in the resource rooms and in the social living of the subjects of special education.

KEYWORDS: AEE. Inclusion. Professor at ESA. Regular Education.

INTRODUÇÃO

A educação especial é uma modalidade de ensino, que de acordo com a LDB artigo 58 “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais e altas habilidades ou superdotação”. Portanto, seguindo essa linha de raciocínio, fica evidente que essa educação é pautada para especificamente atender os discentes com diferentes tipos de deficiência, tendo como objetivo, os mesmos da educação em geral, o que a distingue, é o atendimento que será mediante as diferenças dos educandos.

O Decreto nº. 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial e o AEE, orienta a destinação de verbas para o financiamento e implantação desse serviço. Entre as ações consideradas, a formação continuada dos docentes e de todos os profissionais que atuam no cotidiano da escola na perspectiva da educação inclusiva deve ser contemplada, planejada e organizada visando construir ações que favoreça a inclusão.

O atendimento educacional especializado necessita que o profissional de educação

inclusiva desempenhe um papel com um diferencial significativo, fazendo o aluno ser parte do processo e fornecendo suporte para o êxito do aluno durante o processo de aprendizagem e de vida. É necessário o uso de materiais pedagógicos adaptados de forma a estimular as habilidades destes alunos e a valorização de seu potencial, pois desta forma dará a este aluno a oportunidade de acesso adequado e real ao currículo escolar e a sua inclusão, sendo este um trabalho com um caráter complementar que o ajude a enfrentar todos os obstáculos. Neste sentido é que se intensifica a necessidade de o trabalho multifuncional ser planejado de acordo com a necessidade de cada um e de forma que o mesmo esteja presente de forma mais ativa atividades de classe comum assim como na rotina escolar comum a todos os alunos.

Esse estudo justifica-se porque se percebe a importância de se dialogar sobre a educação inclusiva. Uma vez que, cresce cada vez mais a oferta de vagas no ensino regular para alunos com deficiência intelectual, como um aparato legal. Esse espaço objetiva apoiar as redes públicas de ensino quanto a organização do Atendimento Educacional Especializado, e favorecer a inclusão dos alunos com deficiência nas salas de aula comuns do sistema regular de ensino (RAPOLI et. al., 2010).

Esta pesquisa teve como objetivo identificar os principais desafios encontrados no processo de inclusão na educação especial, e as ações pedagógicas utilizadas para constituição da vida social do educando. Na busca por um caminho que melhor possibilite o alcance dos objetivos propostos, levei em conta a complexidade do tema em estudo, procurando abordá-lo em sua totalidade, visando uma aprendizagem mais profunda e enriquecedora. Esses recursos foram utilizados para enriquecer a pesquisa bibliográfica e constatar legalmente quantos são os alunos com deficiência estão sendo realmente atendidos de acordo com seus direitos.

DESENVOLVIMENTO

A educação inclusiva implica numa mudança de paradigma educacional, em que abrange orientações necessárias para adaptar a realidade do aluno, adotando estratégias e metodologias de ensino diferenciadas, a formação de professores, além de recursos e materiais pedagógicos de modo que as escolas atendam os alunos com deficiência. Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças (MANTOAN, p.14 2003). Pensando nas dificuldades de aprendizagem e reconhecendo que cada aluno possui seu tempo, a escola deverá procurar um jeito de atender as diversidades a partir de uma educação acessível e com qualidade para todos.

O conceito de inclusão reflete, também, uma nova abordagem na elaboração das políticas públicas que reforçam a concepção de transversalidade da Educação Especial nos programas educacionais reforçando ainda, as relações dessa modalidade de educação com as demais áreas, assegurando assim, a acessibilidade dos alunos e a oportunidade de satisfação de suas necessidades educacionais especiais nos sistemas de ensino.

Conforme SASSAKI, a educação inclusiva tem como objetivo a construção de uma sociedade para todos, e, assim, sua prática repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação (SASSAKI, 1999, p. 42). Um Sistema Escolar Inclusivo é aquele cuja comunidade educativa tem o desafio de conseguir que a generalidade de seus alunos, seja qual forem suas diferenças, consiga ter sucesso na aprendizagem.

Mantoan (2003) explica que as práticas de inclusão e atividades desenvolvidas devem ser significativas, implicando no esforço de modernização e de reestruturação das condições oferecidas nas escolas. Entende, igualmente, que as dificuldades apresentadas não estão apenas nos alunos, mas também, na forma como o ensino é ministrado, em como a aprendizagem é concebida e avaliada e em como acontece a formação dos professores.

Qualquer conceito, definição ou noção sobre deficiência implica a imagem que se faz das PCDs, explica Ribas (2003). Costuma-se

utilizar palavras e expressões, como cego, surdo, aleijado, excepcional e anormal, entre várias outras, e para cada uma destas palavras há sempre uma ideia clara do que se quer dizer com elas. Porém; quando se trata da palavra deficiente, da expressão pessoa portadora de deficiência, ou ainda de alguma outra que denote uma pessoa com deficiência, as imagens e ideias que podem vir à mente são diversas. Estas imagens são em geral ligadas não só à sua característica de deficiência, mas também ao que podem ser suas condições de vida, suas dificuldades e vicissitudes.

Uma das críticas era contra a ideia de a limitação ser apenas social e não haver limitação no indivíduo, para elas esse pensamento não contemplava todos os deficientes, sendo assim criticavam a supervalorização da independência, por entenderem que se tornar uma pessoa produtiva não se demonstra possível a todos os deficientes, como por exemplo, uma deficiência mental ou lesão grave, avançando no debatem buscam tratar da importância do direito ao cuidado, pois uma parcela das pessoas com deficiência tem a necessidade de cuidado ao longo de sua vida, sendo esse cuidado necessário para garantia da dignidade e em alguns casos a vida.

Para Sloboja (2014) definir um conceito certo, específico e único sobre o que é a deficiência é algo muito delicado, uma vez que cada pessoa tem o seu entendimento e a sua visão referente ao termo deficiência e o que se pode representar como qualidade para uma pessoa, não é exatamente para outra. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) deficiência pode ser considerada a incapacidade física ou mental de um indivíduo, e a restrição ou até a limitação em realizar certas atividades. Desta forma, conceituar o termo Deficiência é algo de ampla complexidade, e essa complexidade leva a sociedade a tomar suas próprias conclusões levando em consideração a comparação humana entre uma pessoa com necessidades especiais de outra sem limitações.

O Brasil apresentou sua proposta para a definição das pessoas com deficiência como sendo uma combinação entre limitação funcional e ambiente, em outras palavras, julgou necessário relacionar limitações físicas, mentais ou sensórias, associadas às variáveis ambientais, sociais, econômicas e culturais. O resultado dessa análise deveria considerar se a autonomia, a inclusão e a participação plena e efetiva do indivíduo na sociedade não fosse restringida. O objetivo brasileiro era destacar a relevância da associação de fatores descritivos da deficiência com elementos sociais, culturais e econômicas (Lopes, 2009).

Em síntese, o contexto histórico do deficiente físico no Brasil, da mesma forma que em outras culturas e civilizações, foi marcado pela total falta de atenção e ausência de direitos, onde o atendimento era feito de forma precária e parcial, acarretando em preconceitos que se estendem até a contemporaneidade. Sendo assim, romper com esse pensamento que foi construído durante muitos anos não é uma tarefa fácil. E para conseguir entender como que as capacidades dos indivíduos começaram a ser definidas é necessária uma análise histórica.

Na sala de aula, os desafios podem ser enfrentados e superados graças a criatividade e a vontade dos professores, quando esse se percebe como profissional da aprendizagem em vez do tradicional professor de ensino, pois o favorecimento da aprendizagem de qualquer aluno implica, para o professor, saber o que é o processo de aprendizagem e como ele se dá. Professores que se identificam como profissionais da aprendizagem transformam suas salas de aula em espaços prazerosos, onde todos são cúmplices de uma aventura e o clima das atividades propicia ações comunicativas entre os alunos.

Conforme o texto da Política de Educação Especial, na Perspectiva Inclusiva SEESP/MEC; 01/2008; o AEE se destina a crianças com qualquer tipo de deficiência, seja física, sensorial ou mental, proporcionando materiais e atividades diferenciadas, que se adéquam a criança, de forma a minimizar as barreiras para a aprendizagem. O atendimento da criança tem um plano a ser desenvolvido. Ainda segundo SEESP (2008), primeiramente se faz necessário identificar qual a necessidade da criança para, a partir disso, elaborar um plano de atendimento. Nessa etapa, observam-se quais as habilidades que a criança já tem e as dificuldades; feito isso, faz-se o levantamento de materiais e equipamentos

para, assim, organizar plano de atuação.
Para participar do AEE, muitos alunos já vão com laudo médico alegando a necessidade de atendimento especializado, e outros são detectados pelo professor em sala de aula, nesses casos, é passada para a gestão da escola e para a família a necessidade deste estudante, que então poderá ser encaminhado ao AEE. O AEE é realizado prioritariamente na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou de outra escola, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns (Nota Técnica, 11/2011).
Nessas salas são propostas e desenvolvidas atividades que se diferenciam das que ocorrem em sala de aula comum. Essas atividades não são substitutivas, tampouco são repetições de conteúdos programáticos desenvolvidos em sala de aula ou reforço escolar. São um conjunto de procedimentos específicos, mediadores do processo de apropriação e produção de conhecimentos que atenda as especificidades de cada aluno com deficiência (BRASIL, 2009).
Silva (2011) sintetiza que um plano de AEE deve possuir os seguintes objetivos são: a) propiciar ao aluno o desenvolvimento de suas potencialidades na leitura e escrita e conceitos lógico-matemáticos; b) providenciar novos materiais de baixa tecnologia (como joguinhos da memória, alfabeto móvel, boliche de números, jogos que exigem raciocínio lógico) e atividades diversificadas do mesmo conteúdo; c) promover encontros com a professora da sala de aula para elaboração de atividades pedagógicas que promovam aprendizagem significativa, e d) gerar atividades de socialização entre os alunos.
Em decorrência dessa possível reunião, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, estipula no seu artigo 6º, os profissionais que poderão atuar na identificação, assessoramento, avaliação e atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais. Nesta composição, salienta-se o papel imprescindível de formação contínua sendo inerente a todos os professores, visto que:

[...] muitos cursos de formação de professores não desenvolvem a área das necessidades educativas especiais ou, por vezes, mesmo a omitem. Quando não é omitida, encontramos nos programas uma centração em casos de deficiência muitas vezes severos, que podem ter um efeito contrário ao que se pretende com a inclusão: esta formação "assusta" o futuro professor e acaba por lhe proporcionar fundamento para a sua dificuldade em aceitar casos com características semelhantes aos que lhe foram apresentados na formação (RODRIGUES, 2003, p. 97).

Assim, fica evidente que o profissional que atua na sala de recursos precisa ser realmente alguém que tenha uma qualificação para exercer tal função. Por ser um trabalho direcionado ao público alvo da educação especial, é preciso que os docentes estejam atentos para analisar cada particularidade desse público, organizando o espaço e utilizando recursos para eliminar barreiras que impeçam a autonomia e independência desses alunos. Isso não significa que os outros profissionais da escola não devem estar isentos de buscarem uma formação que lhes permita desenvolver suas funções docentes também com os alunos com deficiência no que for necessário.
O AEE juntamente com o professor da sala de aula comum, no trabalho colaborativo, deve ajudar no desenvolvimento das habilidades que acriança com deficiência intelectual possui; para isso acontecer, é preciso que a escola propicie adequações nas atividades, bem como elimine as barreiras que comprometem a fala, a comunicação, o raciocínio, ajudando o aprendiz a avançar na aprendizagem. Para, além disso, o uso de diversas tecnologias, sejam digitais, sejam produzidas pelo professor especialista, como as ferramentas de tecnologia assistiva (TA) e os métodos de comunicação alternativa (CA) dentro da sala de recurso, são importantes para promover a aprendizagem.
A importância da Tecnologia Assistiva na educação já é uma realidade em relação a qualquer tipo de aluno, muito mais ainda em se tratando de alunos com deficiência visual. Desse modo, a abrangência da TA não se restringe somente a recursos em sala de aula, mas estende-se a todos os ambientes da escola, propiciando acesso e a participação de todos os alunos e durante o tempo

todo. O professor e toda equipe da escola têm responsabilidade com a construção de um ambiente acessível e inclusivo, eliminando as barreiras arquitetônicas e atitudinais.
Quando falamos sobre a TA percebemos uma preocupação em saber tratar com originalidade os problemas funcionais de pessoas com deficiência para que encontremos alternativas e estas realizem tarefas do cotidiano da forma que for melhor para elas. Uma pessoa com deficiência física pode passar por várias dificuldades em tarefas na escola em casa e muitas vezes ficam dependendo dos cuidados e ajuda dos outros (BERSCH; SCHIRMER, 2007).
Nesta perspectiva, Bersch (2007, p.31) conceitua as TA's da seguinte forma: "recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão". Logo, é todo o arsenal de recursos que irão ampliar e propiciar possibilidades às pessoas com deficiência.
As TAs permitem à pessoa com deficiência realizar tarefas que uma pessoa não deficiente pode fazer sem o uso da tecnologia. Segundo DAMASCENO e GALVÃO FILHO (2002) o objetivo da TA é proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado e trabalho.
Ainda que saibamos dessas concepções de Tecnologias Assistivas, muitos ficam confusos, acreditando que qualquer recurso tecnológico pode ser uma TA, mas uma ferramenta tecnológica só se torna uma TA quando é adaptada para que o indivíduo com deficiência exerça suas habilidades. Podemos exemplificar o computador no meio educacional, se este não tiver uma adaptação com finalidade de fazer o aluno com necessidades especiais utilizá-lo, acaba por ser apenas uma tecnologia comum dentro da escola.
A Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) é uma das modalidades da TA, que possibilita aos sujeitos envolvidos a construção de outras formas de comunicação, identificando e valorizando as formas expressivas pré-existentes nos indivíduos que apresentam dificuldades para se comunicar como gestos, sons, expressões faciais e corporais (SARTORETTO; BERSCH, 2010). Este recurso é utilizado no intuito de demonstrar desejos, necessidades, opiniões, posicionamento e outras formas de expressões, tendo como objetivo expandir ainda mais o repertório comunicativo, a 9 partir da utilização de recursos como cartões e pranchas de comunicação (alfabética, palavras ou imagens), vocalizadores ou através da utilização do próprio computador.
A CAA pode ser estruturada de duas formas: pela expressão individual sem auxílios externos (sem tecnologias), utilizando canais alternativos à fala como gestos, sons, expressões faciais que podem aplicados para significados sociais de expressão do desejo, das necessidades, opiniões, posicionamentos, tais como: sim, não, olá, tchau, banheiro, fome, dor, quero (determinada coisa para qual aponta). Ou também pode ser compreendida como uma forma de ampliar o repertório comunicativo que envolve habilidades de expressão através de auxílios externos organizados como baixa e alta tecnologia (CORTES, 2015). De baixa tecnologia (ou baixo custo) podemos destacar os cartões, as pranchas, tabelas de organização, álbuns de fotos, porta documentos, entre outros e de alta tecnologia (alto custo) encontramos vocalizadores, teclados e mouses especiais, ou as tecnologias computacionais a partir de softwares específicos. (ZAPOROSZENKO; ALENCAR, 2008).
Vários são os sistemas de CAA disponíveis atualmente. Os profissionais da educação e saúde podem escolher recursos de baixa tecnologia ou recursos de alta tecnologia. Os Recursos de Baixa Tecnologia são recursos mais acessíveis como figuras, materiais confeccionados, prancha de comunicação e materiais impressos, gestos manuais, expressões faciais, código Morse e signos gráficos como a escrita, desenhos. Podem ser também utilizados o Sistema de Símbolos Bliss, Pictogram Ideogram Communication System – PIC, Picture Exchange Communication System. Os símbolos utilizados nesses sistemas podem ser trabalhados em pranchas, painéis, carteiras ou outra forma acessível a quem os utilize. Os recursos de Alta Tecnologia oferecem sistemas de comunica-

ção mais sofisticados, utilizam os meios simbólicos em associação aos equipamentos eletrônicos. São eles: Bliss-Comp, PIC-Comp, PCS-Comp ImagoAnaVox, Comunique, dentre outros.

Para Deliberato, et.al (2013), propiciar o desenvolvimento da comunicação dos aprendizes passa a ser uma das principais metas de qualquer proposta de ensino e aprendizagem, seja ela direcionada aos indivíduos sem alterações na comunicação oral, ou àqueles com impedimentos comunicacionais, em decorrência de uma deficiência.

Como consideramos a comunicação no sentido que ultrapassa a fala, consideramos a expressão facial e corporal, a escrita, os gestos e o uso da simbologia presentes na Comunicação Alternativa como formas propícias para o desenvolvimento da linguagem. É num movimento de ação compartilhada entre os sujeitos para com o objeto ou signo em questão. Sabemos que é de extrema importância inserir o mais cedo possível o sujeito ao uso da simbologia presente na Comunicação Alternativa, pois é na interação dos sujeitos que se dá o desenvolvimento humano.

CONCLUSÃO

A educação é assegurada por lei como sendo um direito de todos, desde a Constituição de 1988, sendo assim, todas as pessoas, independente de suas condições tem o direito de frequentar a escola. E cabe à escola adaptar-se para receber os alunos com todos os diferentes aspectos. Neste sentido se deu a implementação das salas SRM, conforme o Programa previu, juntamente com a formação dos professores para que houvesse práticas inclusivas.

Concluímos que a trajetória da Educação especial no Brasil foi longa com mudanças relevantes para o cenário da educação e, atendimento especializado das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Hodiernamente, podemos ver que as pessoas com deficiência participam ativamente da sociedade, ao contrário do que acontecia na época imperial, em que eram vistos como pessoas marginalizadas e inválidas não tinham direito a educação, eram excluídas da sociedade. Foram muitos anos de luta, para que os seus direitos fossem aprovados e, com o passar do tempo, foram sendo publicadas as políticas públicas que beneficiavam o público alvo da Educação Especial

Assim sendo, a educação inclusiva garante aos alunos com deficiência o acesso à escola comum, quebrando as barreiras que muitas vezes são impostas pela sociedade, impedindo assim, a frequência e desenvolvimento do aluno em sala de aula. O ensino desenvolvido nas salas de inclusão se torna o complemento ou até mesmo a base das etapas que os alunos devam passar. Com apoio o aluno se sentirá acolhido e assim, terá mais vontade ao realizar as atividades propostas. O professor com seu empenho será o ponto chave para o crescimento e desenvolvimento dos alunos com deficiências.

É necessário destacar que a inclusão social, por mais que seja objeto de pauta para a reivindicação de política pública, não é tema que diga respeito somente à pessoa com deficiência, à sua família e ao Estado, mas a toda sociedade, pois pressupõe a cooperação, a solidariedade, o respeito e a valorização das diferenças e, acima de tudo, o reconhecimento de que todo cidadão tem direito à dignidade. Como também a implementação de mecanismos de fiscalização nos estados e municípios, para que desta forma possam garantir o que manda a lei ofertando, desta forma, direitos igualitários a todo cidadão.

Buscou compreender os aspectos favoráveis que o AEE é capaz de oportunizar aos estudantes deficientes uma educação de qualidade na escola comum, além de examinar a importância do trabalho pedagógico desse profissional especializado e sua colaboração para a socialização e interação dessas crianças e os demais eixos de trabalho. Apontou uma proposta de inclusão sem preconceito para com os alunos com surdez nas escolas comuns. É solene ressaltar que o trabalho do AEE é feito em conjunto com os demais professores, onde todos elaboram uma proposta pedagógica que favorece o aluno e atende suas necessidades respeitando os limites de cada um deles. Diante disso, é inevitável políticas que abraçam a formação desses profissionais para atuar com louvor utilizando os recursos adequados para a educação dos alunos com deficiência em sala de aula.

Por fim, importante pensarmos que, assim como para alunos com deficiência, é necessário refletir que a inclusão não abrange apenas as deficiências, mas a diversidade da condição humana e que qualquer aluno pode apresentar em qualquer momento de sua trajetória escolar uma deficiência ou limitação. Uma Lei de Inclusão, deveria abranger à outras condições que excluem nos contextos e ambientes escolares. Pode parecer que isso não tem relação com o assunto abordado neste trabalho, mas tem, pois só haverá inclusão quando houver empatia, afetividade e respeito à diversidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 6.517/2008. Disponível em: <http://peei.mec.gov.br/arquivos/Resol_4_2009_CNE_CEB.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2024. MEC/SEESP, 2009.

_____. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 18 de novembro de 2011.

BERSCH, Rita. Atendimento Educacional Especializado – Deficiência física SEESPI <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_df.pdf>. Acesso em: mar t 2024.

BERSCH, Rita; SCHIRMER, Carolina. TA no Processo Educacional. In.: BRASIL. Ensaios Pedagógicos: Construindo Escolas Inclusivas. Brasília: MEC/SEESP, 2007. Disponível <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_df.pdf> 07/09/2017

CORTES, C.C. Comunicação Alternativa: Um Outro Olhar Para Se Comunicar. 2015. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade do estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo. 2015.

DELIBERATO, D.; NUNES, D. R. P.; GONÇALVES.M. J. Trilhando juntos a Comunicação Alternativa/ Débora Deliberato, Débora Regina de Paula Nunes, Maria de Jesus Gonçalves, organizadoras- Marília: ABPEE, 2017.

LOPES, Laís. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Acessibilidade. Tese de Mestrado. PUC-SP, 2009.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão Escolar: O Que É? Por Quê? Como Fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

RAPOLI, Edilene Aparecida; MANTOAN, Maria Teresa Eglér; SANTOS, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos; MACHADO, Rosângela. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva. Brasília, DF: Ministério da Educação; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

RIBAS, J. B. C. O que são deficientes. São Paulo: Brasiliense, 2003.

RODRIGUES, David (Org.). Educação inclusiva: as boas e más notícias. In: _____. Perspectivas sobre a inclusão: da educação à sociedade. Porto [Portugal]: Porto Editora, 2003.

SARTORETTO, Mara Lúcia; BERSCH, Rita de Cássia Reckziegel. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2010.

SASSAKI, R. K. Inclusão - Construindo uma Sociedade para Todos. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SILVA, M. R. S. Deficiência Intelectual: estudo de um caso real. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em formação continuada de professores para o Atendimento Educacional Especializado – AEE área de educação especial) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

SLOBOJA, Rosenilda. A acessibilidade e a inclusão social de deficientes físicos (cadeirantes) nas escolas público-estaduais de Goioerê: superando as barreiras na educação. 2014. 40 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014. Cap. 21. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4186/1/MD_ENSCIE_

IV_2014_8 6.pdf>. Acesso em: 24 Nov. 2024.
ZAPOROSZENKO, A.; ALENCAR, G. A. R. Comunicação alternativa e paralisia cerebral: recursos didáticos e de expressão. Caderno pedagógico série: educação especial. Secretaria da Educação Superintendência da Educação Universidade Estadual de Maringá Programa de Desenvolvimento Educacional, 2008.